

PORTARIA Nº 9.809, DE 04 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre nomear a Sra. JOSEANE SECHI GASPARINI para exercer o cargo em comissão de Auxiliar do Programa Saúde da Família - PSF, a dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. JOSEANE SECHI GASPARINI para exercer o cargo em comissão de Auxiliar do Programa Saúde da Família - PSF, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 04 de julho de 2008, 92ª de Fundação
e 54ª de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.810, DE 04 DE JULHO DE 2008.
Dispõe sobre nomear a Sra. ROSANGELA SILVA DOS SANTOS para exercer o cargo em comissão de Agente de Saúde Ambiental, vinculada a outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. ROSANGELA SILVA DOS SANTOS para exercer o cargo em comissão de Agente de Saúde Ambiental, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 04 de julho de 2008, 92ª de Fundação
e 54ª de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.811, DE 04 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre nomear a Sra. TÂNIA APARECIDA DOS SANTOS para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Enfermagem do Programa Saúde da Família - PSF, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. TÂNIA APARECIDA DOS SANTOS para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Enfermagem do Programa Saúde da Família - PSF, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 04 de julho de 2008, 92ª de Fundação
e 54ª de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO - FASE DE HABILITAÇÃO
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 0006/08

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público e todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Concorrência nº 06/2008, realizada na modalidade de licitação de caráter econômico, para contratação de empresa especializada no objeto: "Execução das obras e serviços para mobilização do Edital nº 0006/08, visando a capacidade na rodovia BR 163/SA-NT, conforme as especificações contidas no Edital e seus anexos", que após a análise detalhada da documentação apresentada pelas empresas interessadas, foram consideradas as seguintes empresas:

- OBJETIVA ENGENHARIA LTDA
- MAC ENGENHARIA LTDA
- CONSTRUTORA SERCEL LTDA

A Comissão de Licitação informa aos representantes das empresas supracitadas, que transcorrido o prazo regulamentar, proceder-se-á à abertura dos envelopes contendo a proposta comercial das empresas habilitadas no dia 04/07/2008, às 10:00 horas, no mesmo local da abertura.

Rondonópolis-MT, 04 de julho de 2008.
SILVIA MARIA DE MOURA BONJOUR
Presidente da Comissão de Licitação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO - FASE DE HABILITAÇÃO
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 0006/08

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Concorrência nº 06/2008, realizada na modalidade de licitação de caráter econômico, para contratação de empresa especializada no objeto: "Obras de recuperação do Pavimento Asfáltico com Micro-Revestimento e C.B.U.Q., em ruas de diversos bairros da cidade, conforme as especificações contidas no Edital e seus anexos", que após a análise detalhada da documentação apresentada pelas empresas interessadas, foram consideradas as seguintes empresas:

- OBJETIVA ENGENHARIA LTDA
- MAC ENGENHARIA LTDA
- CONSTRUTORA SERCEL LTDA
- AGRIMAT ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
- ENSERCOT ENGENHARIA LTDA

A Comissão de Licitação informa aos representantes das empresas supracitadas, que transcorrido o prazo regulamentar, proceder-se-á à abertura dos envelopes contendo a proposta comercial das empresas habilitadas no dia 04/07/2008, às 10:00 horas, no mesmo local da abertura.

Rondonópolis-MT, 04 de julho de 2008.
SILVIA MARIA DE MOURA BONJOUR
Presidente da Comissão de Licitação.



Diário Oficial
Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano IX - Nº 1786 - Sexta-feira, 04 de Julho de 2008

Poder Executivo

§ 3º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio das contas públicas que constitui a base que irá assegurar as ações de desenvolvimento visando às melhorias dos índices de desenvolvimento humano.

§ 4º - A Estimativa da receita e da despesa - Orçamento - deve ser aprovada pelo Poder Executivo antes da execução, visando à arrecadação municipal dos exercícios financeiros de 2005, 2006 e 2007, e atual e futura econômica nacional, e os efeitos das modificações na legislação tributária.

§ 5º - Os pagamentos do serviço da dívida - de principal e encargos terão prioridades sobre as ações de crédito.

Art. 1º - Parágrafo 4º - Lei, entende-se por:

- a) Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo elaborado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- b) Atividade - o conjunto de programas, para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de ações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto processado e encaminhado à administração da ação de governo;
- c) Projeto - o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que contribui para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

d) Operação Especial - as despesas que não contribuem para a manutenção das ações do governo, das quais não resulta um produto, e não geram contrapartida direta sob a forma de bens ou serviços;

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades e projetos, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vincula, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e alterações posteriores.

DIORONDON

Filado: ABQ-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CNPJ nº 06.400.000/0001-00 - Inscrição Estadual nº 09.484.12-01
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: **Genil Sérgio Alves do Amaral**
Diário Oficial: Luiz Antonio da Silveira Abreu
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
Email: diorondon@diorondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços de Diorondon	
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50 - Engr. Genil - (Julian Municipal) conel
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,05
Assinatura Semestral	Padrão de assinatura em nome próprio da pessoa
retirada no balcão	R\$ 50,00 por assinatura e de 1,20

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei são identificadas no projeto de Lei Orçamentária, por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

§ 4º - As atividades e projetos serão decididas exclusivamente para especificar a realização das respectivas ações, não podendo haver, por consequente, alteração da finalidade e da denominação da ação.

Art. 5º - O projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2008 e será composto de:

- I - Texto da lei;
- II - Consolidação dos quadros orçamentários;
- III - Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida na legislação pertinente e nesta Lei;
- IV - Discriminação da Legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;

§ 1º - Integrada a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

- I - Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções do Governo;
- II - Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas, anexo I da Lei nº 4.320/64;
- III - Natureza da despesa segundo 15 categorias econômicas - Consolidação Genérica - Anexo 2 da Lei nº 4.320/64;
- IV - Quadro discriminativo da receita, por fontes e respectiva legislação;
- V - Quadro das despesas por órgãos do Governo: Poder Legislativo e Poder Executivo;

- VI - Quadro demonstrativo da despesa por programa anual de trabalho do Governo, por função governamental - Anexo 7 da Lei nº 4.320/64;
- VII - Quadro demonstrativo da despesa por funções básicas - projeto de lei que dispõe o viés com os recursos - Anexo 8 da Lei nº 4.320/64;
- VIII - Quadro demonstrativo da despesa por funções - Anexo 9 da Lei nº 4.320/64;
- IX - Quadro demonstrativo da receita e despesas de ligação jurídica especiais;

- X - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo em termos de realização de obras e de prestação de serviços;
- XI - Tabela explicativa da evolução da receita e da despesa - Art. 22, inciso III e Lei nº 4.320/64;

- XII - Descrição sucinta de cada unidade administrativa de suas principais atividades, com respectiva legislação;

- XIII - Demonstrativo da compatibilidade da programação, as operações com os objetivos e os meios constantes do anexo de metas fixadas, que é gerada pelo LOM;

- XIV - Demonstrativo de medidas de compatibilização das renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 6º - Para o atendimento do equilíbrio entre a receita e a despesa do Poder Executivo, a cada bimestre, avaliará o comportamento da receita real arrecadada, para que em caso negativo, aplicar o limitador de empenho, previsto no artigo 9º da Lei Complementar 101/2.000, tomando-se por base o percentual não realizado em relação à receita realizada no mesmo período de ano anterior.

§ 1º - Excluem do copar deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenho e de movimentação financeira de que trata o copar deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

- I - com pessoal e encargos pessoais;
- II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000;
- III - com pagamento da dívida pública e encargos.

Art. 7º - O Poder Legislativo encaminhará sua proposta orçamentária para 2009, observadas as determinações contidas nesta Lei e no Artigo 29. A da Constituição Federal, até o dia 31 de julho de 2008, para ser compatibilizada com os demais órgãos da Administração.

Art. 8º - A estimativa da receita que constará do projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2009 contemplará receitas de aperfeiçoamento da administração dos vários municípios, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 9º - A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação do contribuinte e a justa distribuição de renda.

Art. 10 - Constituem as receitas do Município aquelas provenientes:

- I - dos tributos de sua competência;
- II - de atividades econômicas, que por sua natureza possam ser executadas;
- III - de transferência por força de manuseio constitucional, ou de convênios firmados com entidades privadas e governamentais em todas as esferas de governo, nacional ou internacional;
- IV - de transferências voluntárias definidas pelo Governo Estadual e Federal;
- V - de empréstimos tomados por antecipação da receita, autorizados por Lei;
- VI - de empréstimos e financiamentos autorizados por Lei específicos, vinculados às obras e/ou serviços públicos;
- VII - de transferências do FUNDEC, de acordo com a Lei da Constitucional nº 53/2006 e da Medida Provisória nº 333/2006;
- VIII - de doações do setor público destinadas ao município, em âmbito cultural e outros.

Art. 11 - Propõe-se aqui, ainda que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, a Lei que autorizará a execução de obras e serviços de interesse público.

Art. 12 - As unidades orçamentárias não poderão ter consignado novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e a seu cargo.

Parágrafo Único - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico-financeiro pactuado e em vigência.

Art. 13 - A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

Art. 14 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município para clubes, associações de servidores, e as despesas de natureza social, destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, ficam condicionadas ao atendimento da legislação pertinente.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada, sem fins lucrativos, deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2009 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do Município, a qualquer título, submetem-se à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º - A concessão de auxílios e subsídios dependerá de autorização legislativa através de Lei especial.

PORTARIA Nº 9.865, DE 03 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre exoneração a Sra. JOSEANE SECHI GASPARNI do cargo em comissão de Enfermeira Auditora (Serviços de Auditoria do SUS), e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sra. JOSEANE SECHI GASPARNI do cargo em comissão de Enfermeira Auditora (Serviços de Auditoria do SUS), nomeada através da Portaria nº 9.132, de 05 de setembro de 2007 / Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 03 de julho de 2008. 92º de Fundação e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.806, DE 03 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre exoneração a Sra. SEBASTIANA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA do cargo em comissão de Agente Administrativo do Programa Saúde da Família - PSF, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sra. SEBASTIANA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA do cargo em comissão de Agente Administrativo do Programa Saúde da Família - PSF, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 03 de julho de 2008. 92º de Fundação e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.807, DE 03 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre exoneração a Sra. SUELI DA SILVA do cargo em comissão de Agente Administrativo do Programa de Saúde da Família - PSF, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sra. SUELI DA SILVA do cargo em comissão de Auxiliar de Serviços Diversos do Programa de Saúde da Família - PSF, nomeada através da Portaria nº 7.928, de 14 de fevereiro de 2006 / Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 03 de julho de 2008. 92º de Fundação e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.808, DE 04 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre exoneração a Sra. FRANCIELLA DE OLIVEIRA NEVES para exercer o cargo em comissão de Agente Administrativo do Programa Saúde da Família - PSF, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. FRANCIELLA DE OLIVEIRA NEVES para exercer o cargo em comissão de Agente Administrativo do Programa Saúde da Família - PSF, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 02/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 04 de julho de 2008. 92º de Fundação e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.800, DE 03 DE JULHO DE 2008.
Dispõe sobre nomear o Sr. VAGNER CESAR DOMINGUES RIBEIRO para exercer o cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente do Programa de Agentes de Saúde Ambiental, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. VAGNER CESAR DOMINGUES RIBEIRO para exercer o cargo em comissão de Agente de Saúde Ambiental do Programa de Agentes de Saúde Ambiental, vinculado à Secretaria Municipal Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 02/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 03 de julho de 2008, 92º de Fundação
e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.801, DE 03 DE JULHO DE 2008.
Nomeia a Sra. MARIA DO CARMO FERREIRA DOS SANTOS para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Municipal de Saúde, nomeação aprovada em teste seletivo e eleta pela comunidade nos termos da Lei nº 4.806, de 18/09/2005, em substituição a Sra. Eliene Alves da Silva.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. MARIA DO CARMO FERREIRA DOS SANTOS para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Municipal de Saúde, nomeação aprovada em teste seletivo e eleta pela comunidade nos termos da Lei nº 4.806, de 18/09/2005, em substituição a Sra. Eliene Alves da Silva, que se encontra de férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 03 de julho de 2008, 92º de Fundação
e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.802, DE 03 DE JULHO DE 2008.
Dispõe sobre nomear o Sr. SEBASTIÃO LAUREANO XAVIER para exercer o cargo em comissão de Gerente de Complexo Esportivo, vinculado à Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. DOMINGOS BATISTA DA COSTA para exercer o cargo em comissão de Gerente de Complexo Esportivo, vinculado à Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 03 de julho de 2008, 92º de Fundação
e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.803, DE 03 DE JULHO DE 2008.
Dispõe sobre nomear o Sr. JOSE ROBERTO DIAS para exercer o cargo em comissão de Gerente do Complexo Esportivo, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. JOSE ROBERTO DIAS para exercer o cargo em comissão de Gerente de Complexo Esportivo, vinculado à Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 03 de julho de 2008, 92º de Fundação
e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.804, DE 03 DE JULHO DE 2008.
Dispõe sobre nomear o Sr. SEBASTIÃO LAUREANO XAVIER para exercer o cargo em comissão de Gerente de Complexo Esportivo, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. SEBASTIÃO LAUREANO XAVIER para exercer o cargo em comissão de Gerente de Complexo Esportivo, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 01/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 03 de julho de 2008, 92º de Fundação
e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

Art. 15 - Para os efeitos da resolução de que trata o artigo 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, considerar-se irrelevantes as despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de órgão governamental cujo valor não ultrapasse, para aquisição de bens e serviços a 0,003% (zero, zero, zero três por cento) e para realização de obras e serviços de engenharia a 0,003% (zero, zero, zero cinco por cento), da receita corrente do município de Rondonópolis.

Art. 16 - No exercício de 2009, a concessão de qualquer vantagem, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, poderá ser efetuadas, em ambos os Poderes, desde que:

- a) haja prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- b) não provocarem desequilíbrio do limite legal de comprometimento aplicado as despesas com pessoal inativo;
- c) não possibilitem que seja ultrapassado aos 95% (noventa e cinco por cento) do limite de gastos com pessoal do respectivo Poder;
- d) não destaquem a restrição imposta pelo artigo 71, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 17 - Atendido o limite de despesa total com pessoal, previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000, deverão os Poderes Executivo e Legislativo, aplicar o disposto nos artigos 22 e 23 do mesmo instrumento legal.

Art. 18 - A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferência de recursos do município para custeio de despesas de competência de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, mediante convênio, acordo ou ajuste, de acordo com o estabelecido no art. 62 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 19 - As prioridades estabelecidas no Anexo I, na prescrição da Lei nº 17.711, de 1994, proposta orçamentária, desde que planejadas, justificadas na necessidade de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Poder Legislativo e estejam compatíveis com o Plano Plurianual.

Parágrafo Único - Os programas estabelecidos no Anexo I, desde que tenham prioridade sobre os demais previstos na Lei Orçamentária.

Art. 20 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de órgão governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de:

- a) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve entrar em vigor e nas duas subsequentes;
- b) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 21 - Se a arrecadação da receita estimada na Lei Orçamentária não observar em cada bimestre, o comportamento estabelecido na programação financeira, ambos os Poderes determinarão limitação de suas despesas mediante a aplicação de reduções equivalentes ao percentual de queda da arrecadação em face do valor programado considerado a receita acumulada do exercício, sobre o total das receitas aprovadas de cada Poder.

§ 1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo, no prazo estabelecido no caput do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, as novas estimativas de receitas e despesas, demonstrando a necessidade da limitação de cupêdo e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos;

§ 2º - O valor obtido será reduzido nas dotações excluídas no âmbito de cada Poder, observado o disposto nesta Lei e na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º - Quando a queda na arrecadação se der dentro as receitas oriundas do FUNDEB ou de transferências dos Fundos Federal e Estadual de Saúde, a redução será procedida pelo Executivo, no âmbito exclusivo de seus créditos orçamentários.

§ 4º - Nenhum dos Poderes poderá limitar despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§ 5º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das despesas cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às relações orçamentárias, por ato de cada Poder.

Art. 22 - Se a dívida consolidada do Município ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre deverá ser a ele reconhecida até o término dos três subsequentes, na forma do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, cabendo a ambos os Poderes limitarem o empenhamento nas respectivas dotações, de maneira proporcional à participação no total orçamentário.

Art. 23 - O Projeto de Lei Orçamentária, para que a Secretaria da Responsabilidade na Gestão Fiscal possa atingir a sua finalidade, que é o Equilíbrio das Contas Públicas, deve estar validado para:

§ 1º - Através de Ação Planejada e Temporária para atingir Metas de Qualidade e de Resultados entre Receitas e Despesas;

§ 2º - Mediante Prevenção de Riscos e Controle de Desvios em relação a Limites e Condições no que tange a:

- 1) Renúncia a Receita;
- 2) Impacto da despesa com Pessoal na Segurança Social e Outras;
- 3) Divulgação Financeira e Orçamentária;
- 4) Operação de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita - ARO;
- 5) Concessão de Garantias;
- 6) Inscrição em Restos a Pagar.

Art. 24 - Para possibilitar o atendimento das metas e prioridades fixadas no Anexo I desta Lei ou das vigências incluídas na Lei Orçamentária, nos termos da Lei nº 4.320/64, o Poder Executivo autorizará proceder a abertura de créditos adicionais suplementares, no âmbito de 2009, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa orçamentária fixada, podendo ainda transferir, remanejar ou transferir recursos dentro de uma mesma categoria de programação para outra ou de uma unidade para outra, considerando-se recursos para fins deste artigo, desde que não comprometidos, os previstos no artigo 43 e seus incisos da referida Lei.

Art. 25 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra redução de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

- a) demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, na forma do artigo 12 da Lei Complementar 101/2000 e de que não afetará metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- b) estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio de aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuições.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica:

- a) ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao desses respectivos débitos de cobrança.

Art. 24 - No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2009, no âmbito de cada Poder, fica autorizada a fruição de um índice de aumento de vencimento dos servidores públicos municipais, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos no Artigo 20, Inciso II, da Lei Complementar nº 101, 04/05/2000 e desde que compatível com a meta de resultado primário do Anexo de Metas Fiscais.

Art. 27 - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção de prioridades estabelecidas no Plano Plurianual e esta Lei, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas e/ou ações não elecionados, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

§ 1º - As prioridades estabelecidas no Anexo I da presente Lei poderão ser ajustadas à proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas.

§ 2º - Os programas estabelecidos no Anexo I desta Lei terão prioridade sobre os ajustes verificados na Lei Orçamentária.

§ 3º - Quando a inclusão de novos programas e/ou ações na elaboração da proposta orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder às adequações necessárias nas respectivas Leis, através da emissão de ato próprio.

Art. 28 - No Orçamento Anual do Município constará obrigatoriamente:

I - recursos destinados à manutenção do Poder Legislativo;

II - recursos destinados ao pagamento da dívida municipal e seus serviços;

III - recursos destinados à cobertura de Precatória, conforme dispõe o artigo 100 da Constituição Federal;

IV - recursos para pagamento de pessoal e seus encargos;

V - recursos destinados à capacitação, treinamento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e reciclagem profissional dos servidores públicos, visando a qualidade e a produtividade dos serviços;

VI - recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme dispõe a Constituição Federal;

VII - recursos destinados à manutenção do Plano de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 53, 10/06 e Medida Provisória nº 330;

VIII - recursos destinados à manutenção dos demais fundos e fundos de vistas na administração e orçamentária para o exercício de 2009;

IX - recursos destinados a autarquias;

X - recursos destinados à manutenção das ações de serviços públicos, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13/02/2000.

Art. 29 - O Orçamento da Seguridade Social, compreendendo as despesas destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e demais, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 30 - Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a exceção de despesas sem providência e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 31 - As alterações orçamentárias relativas à modalidade de aplicação e aquelas em não impliquem em mudança de grupo de despesas aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificados pelo Poder Executivo, mediante a edição de decreto, aprovando a alteração no quadro de detalhamento de despesas.

Art. 32 - As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrando o quadro de detalhamento de despesas.

Art. 33 - Ao projeto de Lei Orçamentária somente não poderão ser apresentadas emendas quando:

I - anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

a) recursos vinculados;

b) recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando suplantados para a própria entidade;

II - forem relativas a:

a) dotação para pessoal e encargos sociais;

b) serviços de dívida;

c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos de transferências do Estado e da União e de financiamentos.

Art. 34 - Nas emendas relativas à transposição de recursos denotadas em unidades orçamentárias e entre elas, as alterações serão incluídas nos projetos ou atividades com as dotações deduzidas e creditadas nos projetos ou atividades com as dotações acrescidas.

Art. 35 - Durante a execução orçamentária do exercício de 2009 não poderão ser canceladas as dotações previstas para pessoal e encargos sociais e serviços de dívida, visando atender créditos adicionais com outras finalidades, salvo se comprovada a existência de valores excedentes nas respectivas dotações.

Art. 36 - A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2009, para o pagamento de precatórios será realizada em conformidade com o que procria a art. 100 e seus parágrafos, e o disposto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os órgãos e entidades da administração pública submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à aprovação da Assembleia Jurídica do Município, com vistas ao atendimento da Resolução Judicial.

Art. 37 - Projeto de Lei, que institui o princípio da Responsabilidade na Gestão Fiscal, emanando pelo Poder Executivo, e Transiente, direcionada para a Prevenção de Riscos e a Cobertura de custos capazes de meter o Equilíbrio das Contas Públicas, observando o princípio da publicidade, será permitida-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 38 - A Lei Orçamentária para o ano fiscal não conterá dispositivo estranho:

I - à previsão da Receita;

II - à fixação da Despesa;

Art. 39 - Não se inclui na proibição a autorização para abertura de Créditos complementares e contração de Operações de Crédito, ainda que por ARD - Antecipação de Receita Orçamentária, nos termos da lei.

Art. 40 - O projeto de LOA - Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborado de forma compatível com o PPA - Plano Plurianual, com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Art. 41 - As Emendas ao Projeto de LOA - Lei do Orçamento Anual ou aos Projetos que o modificarem somente poderão ser aprovadas caso:

I - Sejam compatíveis com o PPA - Plano Plurianual e com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos, ou provenientes, de Anulação de Despesas, excluídas, as que incluem sobre:

a) Dotações, para Pessoal e seus Encargos;

b) Serviço da Dívida;

III - Sejam Relacionadas;

a) Com a correção de erros ou omissões;

b) Com os dispositivos do texto do Projeto da Lei.

Art. 42 - A Concessão ou Ampliação de Incentivo ou Benefício de Natureza Tributária que, além de compreender Retenção de Receita, estiver Acompanhada de Medidas de Compensação, no Exercício em que deve iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes, só entrará em vigor quando forem implementadas as Medidas de Compensação.

Art. 43 - Até 31 de outubro de 2008 o Executivo poderá submeter ao Legislativo projetos de alteração da Legislação tributária, que objetivem propiciar condições para o cumprimento de metas binominais de arrecadação, a serem implementadas na forma do artigo 134 da Lei Complementar nº 101/00.

PORTARIA Nº 9.796, DE 03 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre nomear a Sra. LORENI FAVARETTO para exercer o cargo em comissão de Enfermeira do Programa Saúde da Família, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. LORENI FAVARETTO para exercer o cargo em comissão de Enfermeira do Programa Saúde da Família, vinculada à Secretaria Municipal Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 02/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 03 de julho de 2008, 92º de Fundação e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.797, DE 03 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre nomear a Sra. AURELIA SOUZA PEREIRA CARLETTO, aprovada em Concurso Público para ocupar o cargo de Professora de Educação Física, nomeada através da Portaria nº 5.436, de 18 de março de 2002 / Secretaria Municipal Educação.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Sra. AURELIA SOUZA PEREIRA CARLETTO, aprovada em Concurso Público para ocupar o cargo de Professora de Educação Física, nomeada através da Portaria nº 5.436, de 18 de março de 2002 / Secretaria Municipal Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 03 de julho de 2008, 92º de Fundação e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.798, DE 03 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre nomear a Sra. ALESSANDRA SILVA CECILIO para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Enfermagem do Programa Saúde da Família, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. ALESSANDRA SILVA CECILIO para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Enfermagem do Programa Saúde da Família - PSF, vinculada à Secretaria Municipal Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 02/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 03 de julho de 2008, 92º de Fundação e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.799, DE 03 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre nomear a Sra. MARCIA REGINA DO NASCIMENTO, aprovada em Concurso Público para ocupar o cargo de Professora de Educação Infantil (Papem), nomeada através da Portaria nº 1.557, de 15 de junho de 1984 / Secretaria Municipal Educação.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Sra. MARCIA REGINA DO NASCIMENTO, aprovada em Concurso Público para ocupar o cargo de Professora de Educação Infantil (Papem), nomeada através da Portaria nº 1.557, de 15 de junho de 1984 / Secretaria Municipal Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 03 de julho de 2008, 92º de Fundação e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.792, DE 02 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre nomear a Sra. PATRICIA GUIMARÃES DOS SANTOS para exercer o cargo em comissão de Agente Comunitária de Saúde do Programa de Saúde da Família - PSF, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. PATRICIA GUIMARÃES DOS SANTOS para exercer o cargo em comissão de Agente Comunitária de Saúde do Programa de Saúde da Família - PSF, vinculada à Secretária Municipal Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 02 de julho de 2008, 92º da Fundação e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.793, DE 02 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre nomear o Sr. CLAUDIONIR MORAES DELGADO para exercer o cargo em comissão de Agente de Saúde Ambiental, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. CLAUDIONIR MORAES DELGADO para exercer o cargo em comissão de Agente de Saúde Ambiental, vinculando à Secretária Municipal Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 02 de julho de 2008, 92º da Fundação e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.794, DE 02 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre nomear a Sra. LUCÉLIA DAS NEVES para exercer o cargo em comissão de Gerente de Unidade de Saúde (CAPS), e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. LUCÉLIA DAS NEVES para exercer o cargo em comissão de Gerente de Unidade de Saúde (CAPS), vinculada à Secretária Municipal Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/07/2008.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 03 de julho de 2008, 92º da Fundação e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.795, DE 03 DE JULHO DE 2008.

Dispõe sobre nomear a Sra. ROSEMILDA GAZOLA para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Serviços Diversos do Programa de Saúde da Família - PSF, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. ROSEMILDA GAZOLA para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Serviços Diversos do Programa de Saúde da Família - PSF, vinculando à Secretária Municipal Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 03 de julho de 2008, 92º da Fundação e 54º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

NELSON CORRÊA VIANA
Secretário Municipal de Administração

I - revisão das taxas, observando sua adequação aos custos dos serviços prestados;

II - revisão da planta genérica de valores dos móveis urbanos;

III - imposto sobre Transmissão Interober e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

IV - revisão das alíquotas do Imposto sobre os Serviços de Qualquer Natureza;

V - revisão das alíquotas do IPTU;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços específicos e distintos, previstos no contribuinte ou postos a sua disposição;

VII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça social.

Parágrafo Único - O presente alvará na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários, incorporando ao orçamento municipal, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

Art. 43 - O Poder Executivo realizará estudos visando a adequação de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único - A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 44 - Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de bem ou serviço restrita às necessidades emergenciais das áreas de educação, saúde e desenvolvimento.

Art. 45 - O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2009, medidas que sejam necessárias, observados os dispositivos legais, para a abertura, operacionalização e execução da Lei Orçamentária.

Art. 46 - A Lei Orçamentária será aprovada para Reserva de Contingência de até 3% (três por cento) da receita corrente prevista para o exercício de 2009, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, com fonte de recursos destinada à abertura de Crédito Adicional.

Art. 47 - As transferências voluntárias de recursos Municipais para outro ente da Federação, mediante contrato, convênio, acordo ou outros instrumentos congêneres, dependem da comprovação por parte da entidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que atende aos requisitos estabelecidos no § 1º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 48 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações necessárias em sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa e com o objetivo único de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao Poder público municipal.

Art. 49 - Somente poderão ser incluídas no projeto de Lei Orçamentária, as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito que já tenham sido autorizadas pelo Poder Legislativo, até 31 de agosto de 2008.

Art. 50 - O total da despesa da Câmara Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento) relativo ao somatório da Receita Tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 efetivamente realizados no exercício financeiro de 2008, cujo parâmetro define o montante da previsão orçamentária destinada ao Legislativo relativa ao exercício de 2009.

Art. 51 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual deve primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atenuando para a Ação Planejada e Transparente, direcionada para a Prevenção de Riscos e a Correção de Distúrbios capazes de afetar o Equilíbrio das Contas Públicas.

Art. 52 - Até trinta (30) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos da Lei Complementar nº 101/00, com vistas ao cumprimento dos resultados estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

§ 1º - É vedada a realização de despesas ou assunção de obrigações que não estejam previstas na programação de desembolsos.

§ 2º - O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, na forma do Art. 52, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º - O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 4º - Até o final dos meses de maio e setembro de 2009 e de janeiro de 2010, o Poder Executivo deverá proceder à apresentação, contrastada, e avaliando o cumprimento das metas fiscais de cada semestre, o balanço público, incluindo a prestação de contas da Receita e Despesa efetivamente realizada, no mesmo período.

Art. 53 - É o Poder Executivo autorizado a realizar desapropriação de imóveis urbanos a que se refere parágrafo 3º do art. 174 da Constituição Federal, observado o disposto no Art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 54 - Caso o valor previsto no Anexo de metas fiscais se apresentem deixado na ocasião da elaboração da programação orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando-se a programação com a despesa autorizada.

Art. 55 - O Poder Executivo poderá enviar mensagens ao Poder Legislativo para propor modificações em projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, ao Plano Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no bofante as artes cujo alteração é proposta.

Art. 56 - Na hipótese de até 31 de dezembro de 2008, o calendário da Lei Orçamentária para o exercício de 2009, não ter sido devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte à sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:
I - no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;
II - 1/12 (um doze avos) das despesas relativas às demais despesas.

Art. 57 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 58 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 04 de julho de 2008, 92º da Fundação e 54º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

CARLOS DE MATOS
Secretário Municipal de Governo

